

Catia Grisa¹
Mireya Eugenia Valencia Perafán²
Patrícia Elena Giraldo Calderón³

*Transferência e tradução de políticas
públicas do Brasil para a Colômbia:
o caso das compras públicas da agricultura familiar*

Introdução

Difusão, transferência, convergência e tradução são noções recorrentes na literatura que discute o modo como ideias, instrumentos e políticas públicas são disseminados de um contexto para outro. A forma como ocorrem os processos de disseminação, as razões para tanto, os diferentes atores e métodos envolvidos, e os seus resultados são questões que envolvem a ampla literatura dedicada a esta temática, a qual tem ganhado crescente espaço acadêmico e político institucional nas últimas três décadas, gerando, inclusive, certa confusão e complexidade (OLIVEIRA; FARIA, 2017; FARIA; COELHO; SILVA, 2016; FONTOURA; GUEDES, 2013; OLIVEIRA, 2013; MARSH; EVANS, 2012; MACCANN; WARD, 2012; KNILL, 2005). Embora essas diferentes perspectivas ou noções apresentem muitas complementaridades e sobreposições, também há ênfases distintas, as quais auxiliam compreender a disseminação das ideias brasileiras de compras públicas para o contexto latino-americano e, particularmente, para o caso colombiano.

Nos últimos anos, especialmente a partir dos eventos promovidos pelo Ano Internacional da Agricultura Familiar (2014), diversos países passaram a discutir a importância de articular a produção da agricultura familiar com a alimentação escolar ou com outras demandas governamentais. Acordos de cooperação bilateral, organizações internacionais, instituições de pesquisa e de ensino e fóruns internacionais passaram a discutir, promover e difundir a inserção da agricultura

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistema Agroalimentar na Universidade Federal de Pelotas. E-mail: catiagrisaufrgs@gmail.com.

² Doutora em Ciências Sociais e professora da Universidade de Brasília (Unb). E-mail: mireya_eugenia@hotmail.com.

³ Cientista Política e mestranda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: pgiraldo.cal@gmail.com.

familiar nos mercados institucionais. A partir de relatos de experiências e de lições aprendidas em diferentes contextos, com destaque à experiência brasileira, emergiu um conjunto de estímulos para a realização de mudanças nos Programas de Alimentação Escolar e nos instrumentos de compras públicas dos países (FAO, 2014; 2013a; FAO, 2013b; WFP, 2013).

No Brasil, as compras públicas da agricultura familiar ganharam destaque nos espaços acadêmicos e políticos institucionais desde o início dos anos 2000, com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003, e com a Lei nº 11.947/2009, que determinou que, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, dedicados à alimentação escolar, devem ser aplicados na aquisição de alimentos da agricultura familiar. Adicionalmente, em 2015, estabeleceu-se que os órgãos da Administração Pública Federal devem adquirir, no mínimo, 30% de suas demandas alimentares de agricultores familiares e suas organizações. Ao articular a construção de mercados, o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção da segurança alimentar e nutricional (SAN), estas inovações projetaram os programas brasileiros nos contextos nacional e internacional, tornando o Brasil “exportador” da ideia de mercados institucionais para a agricultura familiar.⁴

Na Colômbia, desde 2010, promovem-se mudanças nas compras públicas, mediante a implementação de projetos-piloto e experiências departamentais e locais que incentivam a aquisição de produtos da agricultura familiar para o fornecimento da alimentação escolar. No bojo destas experiências, o Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar (ICBF) estabeleceu a *Estrategia de Compras Locales*, sendo que os operadores das demandas de alimentos, bens e serviços do Instituto devem aplicar, no mínimo, 10% ou 20% (dependendo das ações em que estão vinculados) dos valores mensais dos contratos em compras locais (Colômbia, ICBF, 2016). Complementarmente, o Ministério da Educação estabeleceu que os operadores do Programa de Alimentação Escolar (PAE) devem aplicar, no mínimo, 20% do total das aquisições mensais de alimentos, bens e serviços em compras locais, incentivando “a compra de alimentos que são produzidos localmente, por organizações pequenas e/ou que são lideradas por camponeses da região” (Colômbia, MEN, 2015).

Considerando a projeção que a experiência brasileira de construção de mercados institucionais para a agricultura familiar angariou internacionalmente e as similaridades entre as iniciativas do Brasil e da

⁴ As compras públicas da agricultura familiar no Brasil já foram objeto de investigação de diversas teses, dissertações, projetos de pesquisa, avaliações e artigos nacionais e internacionais, a exemplo de Schneider *et al.* (2016), Teo e Triches (2016), Fornazier e Belik (2015; 2013), Fernandes, Schneider e Triches (2016), Porto (2014), Delgado (2013), Grisa (2012) e Triches (2010).

Colômbia, este artigo analisa se a “exportação das ideias” brasileiras influenciou nas mudanças das compras públicas colombianas e no modo como este processo ocorreu. Algumas questões chamam particularmente a atenção: de onde surgiu a ideia de modificar as compras públicas da Colômbia? Qual foi a influência da experiência brasileira de compras públicas da agricultura familiar nessas mudanças e quais foram os vetores para sua disseminação? Quais são as similaridades entre os mercados institucionais brasileiros e colombianos? Trata-se de uma cópia ou de uma “tradução” entre eles?

Parte-se da hipótese de que a experiência brasileira de compras públicas da agricultura familiar influenciou nas mudanças ocorridas na Colômbia, porém – diferentemente das formas mais tradicionais de transferência que envolvem trocas e intercâmbios entre os governos sobre os objetivos, formatos e instrumentos das políticas públicas – prevaleceu a disseminação de ideias e de noções mais gerais sobre as compras públicas (*transferência soft*), sendo estas difundidas principalmente por organizações e fóruns internacionais, além de contar com o protagonismo dos atores locais em buscar informações e aprendizados em experiências alhures e adaptá-los e traduzi-los ao contexto local.

Em termos metodológicos, o presente estudo contou com pesquisa de campo realizada na Colômbia, nos meses de junho de 2016 e janeiro e fevereiro de 2017, envolvendo pesquisa documental, visita a organizações de agricultores e propriedades rurais, participação em seminários e entrevistas semiestruturadas. No total foram realizadas 16 entrevistas com os principais atores abarcados pelas experiências de compras públicas, sendo eles: representantes de organizações internacionais, organizações governamentais da Colômbia e do Brasil, gestores públicos, agricultores familiares e mediadores sociais.

Visando atender ao objetivo e confrontar a hipótese – citados acima –, a análise apresentada neste artigo foi organizada em mais três seções principais. A primeira recupera elementos do debate sobre transferência de políticas públicas, os quais subsidiaram a elaboração das questões de pesquisa e a própria hipótese do trabalho. A segunda seção analisa os principais vetores de disseminação das ideias brasileiras sobre compras públicas na Colômbia e as características que assumiram neste processo. Por fim, são realizadas algumas considerações sobre a análise empírica e o debate teórico.

Debate conceitual sobre difusão, transferência, convergência e tradução de políticas públicas

Na análise de políticas públicas e, em particular, na busca da compreensão da disseminação de ideias que as constituem, é necessário abandonar as perspectivas lineares que reduzem estes processos a uma

cópia de normativas, processos e instrumentos de um país ou região para outra. A literatura recente convida a levar em conta a complexa e rica malha de atores, múltiplos níveis, processos e razões envolvidas na “construção coletiva da ação pública” (HASSENTEUFEL, 2008, p. 23). Desta forma, nesta seção são abordadas as noções de difusão, transferência, convergência e tradução cujas complementariedades e, sobretudo, suas ênfases contribuem para a compreensão das formas de disseminação das ideais de compras públicas da agricultura familiar.

Difusão de política pública

Esta noção foi desenvolvida nos Estados Unidos, a partir do estudo clássico de Everett Rogers, denominado *Diffusion of Innovations*. Nesse estudo, compreende-se difusão como o processo pelo qual uma inovação é comunicada aos membros de um sistema social, por intermediários, ganhando relevância a análise de elementos psicossociais da comunidade-“alvo”, a influência de grupos externos, o papel da mídia e dos meios de comunicação (ROGERS, 1971). Partindo desta perspectiva, os estudos sobre difusão de política pública “exibem um fascínio às condições para a transferência, ao invés do conteúdo da nova política pública”, e ao modo como estas condições são alteradas durante o processo de adoção (STONE, 2012, p. 485). De modo geral, os autores identificados com esta perspectiva procuram evidenciar as razões para a adoção de determinadas políticas por alguns governos, enquanto outros não o fazem, bem como o modo e a velocidade com que as inovações se disseminam entre diferentes contextos (OLIVEIRA; FARIA, 2017; COELHO; CAVALCANTI; TURGEON, 2016). Enfatizando os determinantes (internos e externos) e a tendência de adoção de uma prática ou política pública de um local para outro, os autores examinam – a partir de elementos cognitivos e simbólicos, e menos das dinâmicas políticas e de poder envolvidas – como a adoção prévia por uma população (organização) altera a probabilidade de adoção pelas demais. Ademais, como pontuam Stone (2012), Knill (2005) e Levi-Faur e Vigoda-Gadot (2004), prevalece nesta perspectiva a ideia de que a criação ou as mudanças nas políticas públicas ocorrem por osmose, contágio ou propagação de modelos de uma fonte comum ou ponto de origem, em um processo bastante voluntário, sendo menos fruto de interesses ou pressões políticas. Por estas razões, geralmente a perspectiva difusionista é criticada como sendo “politicamente neutra” (LEVI-FAUR; VIGODA-GADOT, 2004, p. 6).

Transferência de política pública

Esta perspectiva dá um peso maior para a utilização instrumental do conhecimento ou de lições aprendidas em outros países e para as relações de poder que permeiam este processo, sendo compreendida a

transferência como situada em um contínuo entre voluntarismo (escolha racional) e coerção, geralmente envolvendo elementos de ambos. Mais frequente entre os pesquisadores europeus, a abordagem de transferência de política pública ganhou impulso principalmente com os estudos de David Dolowitz e David Marsh (DOLOWITZ, 2003; DOLOWITZ; MARSH, 2000; 1996), os quais construíram um modelo de análise bastante esquemático – inclusive, com o risco de tornar sua aplicação mecânica e descritiva (MCCANN; WARD, 2012; 2013) –, ao definir sete questões que abordam as motivações da transferência, conteúdos, graus de transferência, atores envolvidos, aprendizados e/ou limitações.⁵

Três destas questões são particularmente relevantes para este estudo. A primeira diz respeito aos atores-chave envolvidos no processo da transferência, os quais podem ser partidos e políticos eleitos, burocratas, grupos de interesses, empreendedores políticos, corporações transnacionais, *think tanks*, organizações governamentais supranacionais, organizações não governamentais e consultores (DOLOWITZ; MARCH, 2000). Em relação às organizações governamentais internacionais, os autores destacam que elas estão, cada vez mais, propagando suas ideias, programas e instituições pelo mundo, seja diretamente e de forma coercitiva, por meio da imposição de políticas e de condições financeiras, seja indiretamente e de forma mais sugestiva, por meio de conferências, relatórios e documentos.

Também acentuando o papel de “intermediários” na transferência de políticas internacionais, Stone (2012) discute a atuação impositiva de organizações internacionais (como o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial); a harmonização global decorrente de um conjunto de regras, princípios e decisões em torno do qual as expectativas de diversos países convergem e estes se propõem a trabalhar de maneira coordenada (ex.: Ano Internacional da Agricultura Familiar; Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome – IALCSH); a influência de leis brandas (*soft Law*) e padrões regulatórios privados (exemplo: selo de certificação ISO 9000); e o papel de atores não estatais, como as fundações filantrópicas e os fóruns internacionais (exemplos: Fórum Rural Mundial e Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul – REAF). Esta amplitude de atores citados é particularmente importante para o caso em tela neste artigo, pois expande as possibilidades de análise dos processos de transferência de política pública, considerando que em seus estudos iniciais prevaleciam as relações entre Estados-nação (ou

⁵ Estas questões são: a) por que os atores se engajam na transferência de políticas públicas?; b) quais são os atores-chaves envolvidos no processo de transferência?; c) que elementos da política pública são transferidos?; d) de onde são tiradas as políticas ou lições transferidas?; e) quais são os graus de transferência das ações?; e f) o que restringe ou facilita o processo de transferência da política pública? (Dolowitz, 2003; Dolowitz; Marsh, 2000; 1996).

“nacionalismo metodológico”, como afirma Stone (2004)), notadamente a partir de relações bilaterais (MCCANN; WARD, 2013, 2012; STONE, 2004). A partir desta reinterpretação, compreende-se que a ação a ser transferida pode ter sua origem em múltiplos contextos, escalas e atores (MALUF; SANTARELLI; PAULINO, 2016; OLIVEIRA, 2013). Mais do que identificar e categorizar os atores, interessa para alguns pesquisadores o processo de mobilização da política em um processo mais amplo, que é formado e mediado pela agência de vários atores políticos (MCCANN; WARD, 2013; 2012).

A segunda questão relevante refere-se aos elementos da política pública transferidos. Segundo Benson e Jordan (2011), inicialmente os estudos privilegiavam a análise da transferência de instrumentos, instituições e programas entre governos ou entre diferentes níveis de governo (*‘hard’ transfer*). Contudo, novos estudos passaram a dar importância igualmente para a disseminação de ideias, ideologias, noções e conceitos (*‘soft’ transfer*) e para a atuação de atores não estatais e organizações, redes e fóruns internacionais, os quais circulam e interagem em um contexto de incremento da globalização (BENSON; JORDAN, 2011; STONE, 2012; 2004). Estas novas formas de transferência chamam a atenção nos estudos emergentes e expandem os limites do conceito de transferência (BENSON; JORDAN, 2011).

Por fim, a terceira questão refere-se aos graus da transferência. Conforme os autores, a transferência não é um processo de “tudo ou nada”, podendo apresentar diferentes graus de similitude em relação ao original: cópia, emulação, combinação e inspiração. Cópia envolve a transferência completa e direta de políticas públicas, programas ou ações; emulação refere-se à transferência de ideias que estruturam o programa ou a política pública; combinação diz respeito à mistura de diferentes políticas públicas; e inspiração é o caso de uma política que inspira o surgimento de outra, ainda que distante da proposta original. Esses graus de transferência podem variar entre políticas públicas, contextos, conjunturas políticas, relações de poder (transferência impositiva e/ou voluntária) e atores sociais envolvidos (DOLOWITZ; MARCH, 2000).

Convergência de políticas públicas

Esta noção ganha mais espaço na literatura a partir das críticas feitas à abordagem de transferência de políticas públicas. Apesar desta abordagem ser bastante utilizada para a análise entre dois países ou duas escalas distintas dentro do mesmo país, ela apresenta limitações na análise das similaridades de políticas públicas adotadas em vários países (HASSENTEUFEL, 2005). Para Knill (2005), transferência de política pública está mais voltada para os processos de transferência em si do que para seus resultados. Ademais, ela prescreve um desenvolvimento que pode

conduzir (mas não necessariamente) a processos de convergência de políticas públicas entre nações. Neste sentido, ganhou espaço na literatura a noção de convergência que se refere a um processo dinâmico de aproximação entre políticas públicas conduzidas em países (ou territórios) diferentes (HASSENTEUFEL; MAILLARD, 2013; HASSENTEUFEL, 2008). Nesta perspectiva, a noção de convergência vai ao encontro e exige diálogos com os estudos sobre política comparada, sendo que as comparações possibilitam delimitar as similaridades e igualmente explicitar os limites da própria convergência (HASSENTEUFEL, 2005).

Ao enfatizar os resultados da transferência, interessa para esta perspectiva observar a convergência entre objetivos, conteúdos, instrumentos, modo de adoção e público de uma ação pública, bem como os seus efeitos e a distribuição de poder na sua execução (HASSENTEUFEL, 2008). Para Hassenteufel (2006), é importante analisar quais desses elementos são convergentes, considerando que, raramente, tal dinâmica é observada em todos eles, mesmo que sejam interdependentes. Neste caso, também cabe evidenciar se a convergência é total ou parcial e limitada. Outrossim, é relevante analisar as causas e as condições que levaram ao processo de convergência, sendo que estas podem ser decorrentes: a) da adoção de normas jurídicas definidas por instituições internacionais ou da formalização de normas técnicas internacionais mediadas por atores privados (ordem normativa); b) do compartilhamento de problemas similares, como a existência de pobreza, fome ou insegurança alimentar (ordem funcional); e c) da difusão de orientações, conteúdos e instrumentos de política pública por organizações internacionais e por *experts* transnacionais (ordem cognitiva). Este último caso corresponde, “de maneira mais horizontal, ao mimetismo, o que remete à adoção não constrangida de elementos de uma política pública, os quais são implementados em um ou vários outros países, em uma dupla lógica de emulação e/ou inspiração, ligada notadamente à difusão de modelos” (HASSENTEUFEL, 2008, p. 277).

Tradução de políticas públicas

Para Hassenteufel (2008; 2005), tanto os estudos sobre convergência quanto aqueles sobre transferência apresentam limites para compreender o modo como as políticas públicas são traduzidas nos espaços locais. As diversas formas de expressão das políticas públicas em contextos distintos possivelmente não são apenas fruto de convergência parcial ou limitada, ou de transferência desinformada, incompleta ou inapropriada (DOLOWITZ; MARSH, 2000), mas sim, cada vez mais, da “construção híbrida mesclando elementos externos e internos” (HASSENTEUFEL, 2005, p. 128). Segundo Hassenteufel (2005; 2005), a noção de convergência pode conduzir a uma ênfase excessiva na harmonização, e a abordagem de

transferência negligencia a sociologia dos atores operantes da transferência (recursos que dispõem; estratégias, discursos e narrativas que mobilizam; espaços onde atuam), os modos de recepção dos elementos transferidos (processos de tradução) e a forma como se misturam elementos transferidos e elementos preexistentes (processo de hibridação).

Neste sentido, inspirada em Callon (1984), emerge a noção de tradução de políticas públicas, sendo próxima aos conceitos de inspiração, emulação e combinação (DOLOWITZ; MARSH, 2000) e de mutação (MCCANN; WARD, 2013; 2012). Tradução corresponde a uma atividade de recriação (e não somente importação ou difusão, como pode ser enfatizado nas abordagens de difusão e transferência) de orientações, conteúdos e instrumentos de política pública (HASSENTEUFEL *et al.*, 2017; OLIVEIRA; FARIA, 2017; HASSENTEUFEL, 2008; LASCOUMES, 2006). Uma análise transnacional da criação ou das mudanças nas políticas públicas implica, portanto, analisar a tradução do conteúdo da ação pública, a forma de agir e de se mobilizar dos atores (os tradutores), e o contexto em que ocorre a tradução (HASSENTEUFEL, 2008; 2005).

Ao retomar as diversas abordagens e noções apresentadas nesta seção, à luz do contexto colombiano, em vez de procurar enquadrar a realidade social a apenas uma das perspectivas, este artigo adota o posicionamento de colocá-las em diálogo considerando as complementaridades e as distintas ênfases dadas por elas. Com efeito, como será discutido, as mudanças nas políticas públicas colombianas exigem um olhar mais amplo para os diversos vetores de disseminação das ideias brasileiras.

As compras públicas da agricultura familiar na Colômbia: convergência, transferência e tradução da experiência brasileira

A partir de 2010, um conjunto de vetores confluiu para que o tema das compras públicas da agricultura familiar entrasse na agenda pública colombiana. Com características distintas, desde convergência entre as orientações e ideias internacionais, passando por acordos de cooperação mediados por organizações internacionais e protagonismo dos atores locais, estes vetores se apropriaram de elementos da experiência brasileira e os traduziram para o contexto local.

Transferência soft e a construção de convergência de ações na América Latina e Caribe: a importância dos acordos e fóruns internacionais

Como enfatizado em diversos estudos de Stone (2012; 2004; 2001), iniciativas multilaterais, organizações internacionais (governamentais e não governamentais), redes e fóruns internacionais têm um importante papel na disseminação de ideias, noções e políticas em resposta a

problemáticas comuns. Estes atores e espaços podem conduzir a certa harmonização ou convergência de políticas por meio da adoção de um conjunto de normas, princípios e tomadas de decisão semelhantes, em torno dos quais as expectativas dos atores convergem (STONE, 2004). Com efeito, tais atores e espaços tiveram um peso importante para colocar o tema das compras públicas da agricultura familiar na agenda dos países latino-americanos (transferência *soft*) e fazer convergir um conjunto de ações e políticas. Diversas iniciativas relacionadas à SAN e à promoção da agricultura familiar foram particularmente relevantes neste processo.

Em 2005, a Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome (IALCSH) começou seus trabalhos com o objetivo de erradicar a fome na região até 2025. “Lançada pelos governos do Brasil e da Guatemala durante a Conferência Latino-americana sobre Fome Crônica (Guatemala, 2005), a Iniciativa logo recebeu novos apoios e foi ratificada na 29ª Conferência Regional da FAO (Venezuela, 2006), como uma das prioridades de ação para a organização na região” (FAO, 2008). Contando com o apoio financeiro e político da Agência Espanhola de Cooperação Internacional, e dos governos do Brasil e da Colômbia, a FAO assumiu a gestão da Secretaria que impulsionou a Iniciativa e passou a disseminar diversas ideias e práticas relativas à SAN na região.

Neste contexto, dentre outras ações, emergiu o Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO, fruto “do interesse do governo brasileiro e da FAO em compartilhar experiências e aprendizagens no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”.⁶ A partir deste Programa, foram implementadas diversas ações e projetos relacionados à SAN, alimentação escolar, compras públicas e agricultura familiar na América Latina, sendo que dois projetos são particularmente importantes para este estudo. Um deles denomina-se “Fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar no Marco da Iniciativa América Latina Sem Fome 2025” (GCP/RLA/180/BRA), desenvolvido em 15 países e, dentre eles, a Colômbia. Como manifesto no site do Programa, “O objetivo do projeto é contribuir para o fortalecimento dos programas de AE [alimentação escolar], a partir das lições aprendidas, os resultados obtidos e as condições políticas e institucionais que existem atualmente no Brasil, e construir novos conhecimentos a partir da realidade de cada país participante.” O outro projeto, intitulado “Fortalecimento de espaços de diálogo entre FAO/Governos e Sociedade Civil: novos mecanismos de construção de políticas públicas, apoio à agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional” (Projeto GCP/RLA/173/BRA), foi fundamental na estruturação da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF) e, no caso específico da Colômbia -

⁶ Disponível em: <<http://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/pt/>>. Acesso: 14 fev. 2017.

conforme relatado por entrevistados –, no desenvolvimento de projetos como o Projeto OSRO/Col/403/BRA, que será retomado na próxima seção.

Além da atuação da FAO nesses e em outros projetos, a organização internacional tem produzido diversos documentos para propagar e difundir as ideias sobre compras públicas da agricultura familiar, com destaque à experiência brasileira (FAO, 2015; 2014; 2013; SALCEDO; GUZMÁN, 2014). Cita-se, para ilustrar, o documento *Scaling up the brazilian school feeding modelo: using south-south cooperation to share Brasil's experience of school feeding in Latin America and the Caribbean*, que menciona que:

Besides improving the health of millions of young people and reducing absenteeism, the programme [PNAE] provides a guaranteed market for 120.000 family farmers. Such has been the success of Brazil's school feeding programme that its strategies are being replicated and adapted elsewhere in Latin America and, more recently, the Caribbean. (FAO, 2014, p. 2)

É importante ressaltar que a origem e as redes de relações de diversos técnicos da FAO também contribuíram para a disseminação das ideias brasileiras de compras públicas da agricultura familiar na América Latina. Como lembram Maluf e Prado (2015), José Graziano da Silva – ex-ministro do Governo Lula responsável pelo lançamento do Fome Zero e do PAA – atuou como representante regional da FAO para América Latina e o Caribe a partir de 2006 e, desde 2011, atua como diretor-geral da organização.

A atuação de Graziano (...) tem dado amparo e relevo à internacionalização do Fome Zero (...). Projetos que visavam apoiar a execução do Fome Zero, tanto interna como internacionalmente, passam a ser desenvolvidos com apoio da representação da FAO no Brasil e do escritório regional em Santiago do Chile (...). (MALUF; PRADO, 2015, p. 35)

Além da “passagem” do ex-ministro por estas institucionalidades, há um conjunto de ex-gestores do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Desenvolvimento Social que atualmente atua na FAO – Escritório Regional e na Direção-Geral, trazendo na sua bagagem aprendizados das compras públicas brasileiras e expectativas de difundir a sua execução para outros contextos. São as “agências individuais” (OLIVEIRA, 2013), as redes de relações e confiança, e “circulação individual” (OLIVEIRA, 2013) igualmente influenciando na convergência de ações e políticas públicas na América Latina e Caribe.

Em 2014, a SAN também foi incluída no Plano de Ação 2014 da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), e esta

solicitou à FAO, com a colaboração da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e da Cepal, a elaboração de um Plano para Segurança Alimentar, Nutrição e Erradicação da Fome. Com base nas Diretrizes para a dimensão social da própria organização (particularmente em quatro pilares relativos à SAN) – e no bojo das discussões sobre o Ano Internacional da Agricultura Familiar –, a FAO, Aladi e Cepal realizaram uma série de recomendações ou “linhas de ação” que englobam e destacam as compras públicas da agricultura familiar (SILVA, 2014).

As compras públicas também foram mencionadas na Declaração Ministerial e no Plano de Ação do Grupo de Trabalho sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural da Celac, derivados da I Reunião Ministerial sobre Agricultura Familiar da Celac, realizada no Brasil em 2014. Nesta Declaração, os ministros saúdam a ONU pelo estabelecimento do Ano Internacional da Agricultura Familiar, reafirmam a importância da categoria social, destacam a relevância de políticas diferenciadas e, dentre estas, a construção dos mercados institucionais (CELAC, 2014).

O Ano Internacional da Agricultura Familiar, ocorrido em 2014, e o conjunto de eventos realizados para promovê-lo também contribuíram para colocar a agricultura familiar na agenda dos países latino-americanos e para o estabelecimento de ideias e ações convergentes. Com efeito, a própria noção de agricultura familiar não era recorrente entre os gestores públicos e os agricultores colombianos, sendo que estes se reconheciam como *campesinos*. No contexto dessas comemorações, a Colômbia lançou o “Plano Nacional para o Fomento e Proteção da Agricultura Familiar – Planpaf” para o quadriênio 2014-2018 e, integrado a este, o Programa de Agricultura Familiar (PAF). Dentre as ações previstas, destacam-se as compras públicas. Como expresso no documento governamental,

A equipe do Programa de Agricultura Familiar, em conjunto com as regiões trabalhará no aperfeiçoamento, flexibilização e socialização do marco normativo para compras institucionais que incluam todos os mecanismos legais que permita gerar compras diretas de alimentos de organizações de famílias agricultoras (Comitê Nacional de Impulso à Agricultura Familiar – Colômbia, 2016).

Ainda é importante ressaltar que, a partir de 2010, as compras públicas tiveram grande repercussão na REAF por meio de declarações de ministros, seminários, programas de intercâmbio e discussões realizadas nos encontros regionais, fazendo convergir um conjunto de quadros normativos (como os Registros da Agricultura Familiar) e orientações de políticas públicas. Ainda que a participação do governo e da sociedade civil colombianos não seja regular, dada a sua condição de ouvinte, as discussões neste espaço podem ter contribuído, indiretamente, para a disseminação da ideia de compras públicas da agricultura familiar.

Os elementos citados fizeram convergir para um conjunto de ações relacionado com a SAN, o desenvolvimento rural e a agricultura familiar na América Latina e Caribe. As entrevistas realizadas sinalizam que, ainda que não diretamente, tais elementos confluíram com a atuação da FAO e com o protagonismo dos atores locais para modificar as compras públicas. A IALCSH, os projetos desenvolvimento no âmbito do Programa de Cooperação Internacional Brasil - FAO, os debates e ações da Celac, o Ano Internacional da Agricultura Familiar e as discussões e encaminhamentos da REAF contribuíram, de forma difusa e *soft*, para disseminar a ideia de compras públicas da agricultura familiar.

A atuação da FAO na promoção das compras públicas da agricultura familiar

A FAO tem escritório na Colômbia desde a década de 1970, atuando nas temáticas de agricultura, alimentação e SAN. Desde o início dos anos 2000, a FAO e o Departamento de Antioquia criaram o Plano de Melhoramento Alimentar e Nutricional de Antioquia (Mana) e, desde então, diversas parcerias foram realizadas, a exemplo do Projeto de Segurança Alimentar e Boas Práticas Agrícolas para o setor rural de Antioquia (UTF/COL/027 - TCP/COL/3101) e do Plano Departamental de Abastecimento a partir da oferta e demanda de alimentos da cesta básica local produzida pela agricultura familiar camponesa (conhecido como Projeto FAO-Maná UTF/COL/044/COL) (COLÔMBIA; MANÁ-FAO, 2014; HENAO, 2015). Particularmente neste último, o objetivo consistia em desenvolver um estudo da demanda e da oferta de alimentos nos municípios do Departamento entre 2013 e 2015, visando à construção de uma ferramenta para a racionalização do sistema de distribuição e fornecimento dos alimentos e, assim, o fortalecimento das economias camponesas, suas organizações e as respectivas cadeias produtivas (COLÔMBIA; MANÁ-FAO, 2014).

É neste contexto de ações em curso relativas à SAN e à agricultura familiar que também vão se somar os acordos de cooperação entre FAO e Brasil, citados acima, e particularmente o projeto OSRO/COL/403/BRA, fruto de acordo entre o governo da Colômbia, a FAO, o Brasil e o PMA. Desenvolvido no período de dezembro de 2014 a dezembro de 2016, este projeto foi renomeado para *Abriendo mercados para la agricultura familiar em Colombia*, conhecido simplesmente como projeto FAO/Brasil.

Conforme mencionado por diversos atores entrevistados, o início do projeto OSRO/COL/403/BRA contou com o protagonismo da embaixadora brasileira que teria estimulado as discussões sobre compras públicas no país. De acordo com o representante dessa embaixada na Colômbia, o Brasil foi chamado a contribuir nas negociações de La

Havana⁷ que iniciaram em setembro de 2012 e, deste diálogo, surgiu o projeto FAO/Brasil,⁸ cuja execução começou em 2014. O projeto configurou-se como uma pilotagem para, com base na experiência brasileira, formular uma política pública de incremento da produção e articulação aos mercados institucionais. Os projetos-piloto foram desenvolvidos nos Departamentos de Nariño e Antioquia, em virtude da presença da agricultura familiar, da existência de planos de desenvolvimento relacionados à categoria social, e em decorrência da vontade política de participar destas iniciativas (COLÔMBIA, AGÊNCIA PRESIDENCIAL DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL, 2014, p. 14).

O projeto OSRO/COL/403/BRA tinha o objetivo de *Promover a agricultura familiar, através da implementação dos modelos agroalimentares para o autoconsumo e a geração de renda na comercialização em articulação nos mercados institucionais locais*. Contudo, diferentemente da experiência brasileira, não se tratava de propor mudanças nos regimentos do PAE (a exemplo de romper com a licitação e garantir aplicação de percentual mínimo de recursos na aquisição de produtos da agricultura familiar). De forma mais modesta, o projeto visava facilitar o diálogo e promover a participação da agricultura familiar nas compras realizadas pelos *operadores*. Dificuldades políticas e institucionais parecem ter oferecido resistências para mudanças expressivas, exigindo a tradução das ideias brasileiras de compras públicas da agricultura familiar de acordo com as especificidades locais.

O aprendizado gerado a partir dos projetos-piloto nos Departamentos de Antioquia e Nariño motivou a FAO a negociar recursos da cooperação internacional (Países Baixos, Suécia, Alemanha, entre outros) para transferir ou traduzir a experiência em outros Departamentos da Colômbia. O objetivo consistia em estimular as compras locais a partir dos “modelos” dos projetos-piloto, adequando o formato da participação da agricultura familiar às diferentes realidades encontradas.

Cabe salientar que os técnicos da FAO envolvidos nos projetos-piloto não mantiveram relações diretas ou participaram de intercâmbios com gestores das políticas brasileiras (PAA e PNAE). Conforme depoimentos

⁷ Com efeito, no primeiro ponto de negociação denominado “Política de Desenvolvimento Agrário Integral”, particularmente no que concerne aos “estímulos à economia campesina, familiar e comunitária” se “acordou um plano visando promover condições adequadas para a comercialização dos produtos provenientes da produção da economia campesina, familiar e comunitária e melhorar sua disponibilidade”, destacando-se aqui a adoção dos “mecanismos de compras públicas das entidades e programas institucionais que contribuam para absorver a produção desta economia campesina, familiar e comunitária” (MESA DE CONVERSACIONES, 2013).

⁸ Esse projeto iniciou em 18 de dezembro de 2012, com o Memorando de Entendimento de Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Colômbia em segurança alimentar e geração de renda para pequenos produtores rurais na Colômbia, assinado pelo governo Colombiano, governo do Brasil e a FAO.

de entrevistados, a ideia de compras públicas da agricultura familiar foi estimulada pela embaixadora do Brasil e pelo Escritório Regional da FAO na América Latina e Caribe (Santiago – Chile), e reconfigurada a partir de leituras sobre a experiência brasileira, do Panamá e da Nicarágua (estes dois últimos principalmente em termos do estabelecimento de preços) e de aprendizados angariados ao longo do tempo, considerando as especificidades locais. Pode-se afirmar, deste modo, que as ideias e experiências de compras públicas da agricultura familiar no Brasil foram traduzidas pelos mediadores locais e serviram como inspiração para a construção de novos arranjos institucionais e políticos.

O Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar (ICBF) e a promoção das compras locais

O ICBF foi criado em 1968 e, desde então, atua na prevenção e proteção integral à primeira infância, à infância, à adolescência e ao bem-estar das famílias em situação de vulnerabilidade social. Dentre outras iniciativas, por meio de diversos programas – incluso, até 2013, o PAE –, o ICBF oferece alimentação, bens e serviços a crianças, adolescentes, mulheres gestantes e famílias em situação de pobreza ou fragilidade social. Dando sequência a iniciativas anteriores (Programa Juntos), a partir de 2007, o ICBF e outras organizações governamentais iniciaram a estratégia *Red Unidos para La Superación de La Pobreza Extrema* visando dar uma resposta integral à multidimensionalidade da pobreza extrema. Conforme depoimento de uma ex-gestora entrevistada, o objetivo consistia em reagir aos diversos elementos que configuram e conferem situação de pobreza e vulnerabilidade social. Inspirada no Programa Chile Solidário – a partir de visita *in lócus* à experiência –, a estratégia contava com três componentes principais, sendo eles acompanhamento familiar e comunitário, gestão da oferta e acesso preferencial e fortalecimento institucional.

Segundo a gestora entrevistada, ao implementar tal estratégia nas áreas rurais, os gestores públicos perceberam que, nestes contextos, o tratamento da pobreza era mais complexo e necessitava respostas inovadoras. Tais gestores observaram que os campesinos em situação de vulnerabilidade social produziam alimentos, mas enfrentavam dificuldades de comercialização, seja em virtude de questões de logística, seja em razão da dificuldade de responder aos padrões de qualidade dos grandes mercados agroalimentares. A comercialização dos produtos dos campesinos transparecia como uma limitação importante para a superação da extrema pobreza, sendo que, diante de tal problema, surgiu a ideia de orientar o potencial de compras do ICBF para o fortalecimento das economias locais.

Neste momento entrou em cena o protagonismo e a proatividade de gestores públicos em explorar, de modo virtual (internet), as experiências que outros países poderiam estar desenvolvendo na superação da pobreza extrema rural e, dentre estas, veio ao encontro o Programa Fome Zero e a iniciativa de compras públicas da agricultura familiar brasileira. De acordo com a gestora entrevistada, elementos desses programas inspiraram e foram traduzidos de acordo com as possibilidades locais de criar mercados institucionais para a agricultura familiar.⁹ Diversamente das formas mais corriqueiras de transferência de política pública em que há a atuação expressiva do “país exportador”, nota-se aqui certo protagonismo do “país receptor” em construir suas estratégias de compras públicas.¹⁰

Sem romper com a estrutura política e institucional historicamente estabelecida com os *operadores* dos programas de compras institucionais do ICBF, a partir de 2010, os gestores passaram a estimular que tais atores comessem a realizar compras locais para a alimentação escolar, bem como se iniciaram diálogos e articulações para organizar a oferta e as estratégias de comercialização em alguns Departamentos, como Nariño, Cauca, Valle del Cauca, Meta e Caquetá.¹¹ Neste contexto, uma mudança normativa importante foi a definição de que os *operadores* deveriam aplicar, no mínimo, 10% dos aportes do ICBF ao contrato na compra mensal de alimentos, bens e serviços produzidos localmente em nível municipal, Distrital e/ou Departamental, de acordo com a zona onde vai operar segundo o alcance do contrato. Em 2016, como parte da “Estratégia Compras Locales”, documentos governamentais estabeleciam que os *operadores* das demandas de alimentos, bens e serviços do Instituto deveriam aplicar, no mínimo, 10% ou 20% (dependendo das ações em que estão vinculados) dos valores mensais dos contratos em compras locais (COLÔMBIA, ICBF, 2016). Ademais, como já mencionado, o Ministério da

⁹ Reportagem intitulada “El ICBF y la economía local”, de 14 de outubro de 2011, do *Jornal El Tiempo*, também afirmava: “Desde el 2010, por iniciativa de la directora del ICBF, (...) se ha promovido el modelo denominado ‘Compras Locales’, inspirado en el Programa ‘Hambre Cero’ del Brasil.” Conforme informação, dois projetos-piloto iniciaram nos Departamentos de Tolima e Boyacá, ainda em 2010. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento-2013/DR-27173>>.

¹⁰ Cabe ressaltar que, em outubro de 2011, foi assinado o “Ajuste complementar ao acordo básico de cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia” para implementação do Projeto “Apoio Técnico para o Fortalecimento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional da Colômbia”.

¹¹ Informações disponibilizadas pelos governos dos Departamentos ajudam a ilustrar este processo: “Gobernación de Nariño, presenta hoy iniciativa de ‘compras locales’”, publicada no dia 4 de junho de 2013, e disponível em: <http://xn--nario-rt.a.gov.co/2012-2015/index.php/prensa/3190-gobernacion-de-narino-presenta-hoy-iniciativa-de-compras-locales>; “Primera feria de compras locales de alimentos del Valle del Cauca en plazoleta de San Francisco”, publicada em 20 de agosto de 2013, e disponível em: <<http://www.valle.elcauca.gov.co/publicaciones.php?id=24780>>.

Educação estabeleceu que os *operadores* do PAE deveriam aplicar, no mínimo, 20% do total das aquisições mensais de alimentos, bens e serviços em compras locais. Nesta configuração, diferentemente do Brasil, os *operadores* continuam sendo os responsáveis por organizar o mercado institucional da alimentação escolar. Além disso, não se trata de comprar unicamente da agricultura familiar, contemplando também pequenos supermercados e pequenos intermediários ou fornecedores de bens e serviços em geral.

A partir de 2014, essas iniciativas levadas a cabo pelo ICBF confluíram com as ações da FAO desenvolvidas no Departamento de Antioquia (Mana) e também com o Projeto FAO/Brasil, sendo que ambas as organizações passaram a trabalhar em conjunto. Deste modo, por diferentes vetores, as ideias de compras públicas da agricultura familiar foram ganhando força no contexto colombiano.

O protagonismo dos atores em âmbito local: o caso do município de Granada

Outra iniciativa que contribuiu para enriquecer a análise sobre a disseminação de ideias de compras públicas da agricultura familiar é a experiência na localidade de Granada do *Departamento de Antioquia*, na região do *Oriente antioqueño*.¹² Granada é um dos municípios pioneiros no tema SAN ao formular, em 2006, um acordo municipal que já abordava este assunto e constituir uma mesa de diálogo SAN (Acordo 35 de 14 de maio de 2006).

Além disso, e antes de ser implementado o projeto FAO-Brasil, já existiam nesta localidade ações direcionadas à compra de alimentos dos agricultores familiares (especialmente alimentos oriundos da população vítima do conflito armado) como parte da estratégia da Agência da ONU para Refugiados/Departamento Administrativo do Sistema para Prevenção, Atenção e Recuperação de Desastres e das orientações do Plano de Desenvolvimento Municipal 2012-2015. Gestores públicos e o prefeito interpretavam a compra de produtos como uma forma de contribuir para a dinamização da economia local. No primeiro ano dessas ações (2012 a 2013), as aquisições de alimentos foram feitas diretamente dos agricultores familiares em cada *vereda* e entregues nas escolas desses corregimentos. A vontade expressa da administração municipal em apoiar este processo favoreceu a constituição de um *convênio de associação*

¹² Um dos aspectos mais importantes deste município refere-se aos efeitos do conflito armado, especialmente entre os anos de 1998 e 2009, em que ocorreu o recrudescimento da violência, deixando 12.539 vítimas, sendo que mais de 11.500 foram vítimas de deslocamento forçado (COLÔMBIA, UNIDAD PARA A ATENCIÓN Y REPARACIÓN INTEGRAL A LAS VÍCTIMAS, 2015).

em que se articularam a *Asociación Juntas de Acción Comunal*¹³ – ASOJUNTAS, o município e a Associação de Pequenos Produtores de Granada – ADEPAG como operador para fornecer alimentos a 1.713 crianças do PAE nesta localidade.

Posteriormente, com a chegada, em 2015, do projeto FAO-Brasil incentivou-se o processo de certificação dos ovos, rapadura e feijão com o selo “colheitas do campo”. Depois de um ano de operação, o modelo de compras públicas conseguiu atingir 17% em compras locais, mas o *operador* deveria garantir produtos agropecuários, não agropecuários e a equipe encarregada de manipular os alimentos. Desta forma, o agricultor passou de produtor a *operador* do programa (FAO, 2016). A partir desse momento, várias mudanças institucionais e normativas ocorreram. A primeira delas foi a institucionalização do Comitê de Agricultura Familiar e Encadeamentos Produtivos no Conselho Municipal de Política Social – Compos, regulamentado pelo Decreto municipal nº 039, de 22 de setembro de 2015. A segunda, o desenho do Plano Local de Segurança Alimentar e Nutricional que inclui a implementação de modelos agroalimentares que ligam produção às necessidades institucionais de organizações como o ICBF, Instituto Nacional Penitenciário e Carcerário, ou programas como o PAE.

Em 2016, Granada foi apresentada ante a cooperação internacional como um dos casos de sucesso na execução das compras públicas para agricultura familiar, indicando a capacidade que a gestão local teria para administrar um programa deste tipo.

Considerações finais

A partir da análise realizada sobre as diferentes formas de disseminação das ideias de compras públicas da agricultura familiar do Brasil para Colômbia, é possível concluir que houve confluência de ideais, noções e conceitos sobre as compras públicas e a agricultura familiar oriundas de diferentes níveis – internacional, nacional e local – e aportadas por diferentes atores, organizações, redes, fóruns com uma ampla circulação na América Latina e, em particular, na Colômbia.

Neste processo de disseminação, ao invés de uma cópia, se observou a tradução da experiência brasileira no contexto local. As normas e as regras das compras públicas brasileiras inspiraram as mudanças realizadas de acordo com as possibilidades políticas e institucionais locais. Este aspecto ressalta o protagonismo e a liderança das organizações públicas e privadas locais e a tradução a partir de documentos, orientações e informações consultadas na internet.

¹³ São formas organizativas da comunidade que representam seus interesses ante as entidades governamentais.

Desta forma, pode-se afirmar que a entrada da ideia de compras públicas na Colômbia deve-se a um conjunto de vetores e atores, cujas origens situam-se desde o âmbito internacional até o local. Ao invés da centralidade de acordos de cooperação entre países e de processos de exportação/importação, observou-se que o caso brasileiro influenciou as mudanças ocorridas na Colômbia, mediado por transferência *soft* e convergência funcional e cognitiva de ideias e ações, sendo traduzido na recriação de normas e instrumentos adaptados ao contexto político-institucional vigente no país. Dito em outras palavras, as compras públicas colombianas são fruto de ideias convergentes que permearam a América Latina e o Caribe nos últimos anos, da atuação intensa de organizações internacionais na difusão das iniciativas brasileiras e do protagonismo dos atores locais em buscar aprendizados em experiências alhures. Mais do que importação, as particularidades locais exigiram a tradução das ideias de compras públicas. Além da análise deste processo, a partir de uma única perspectiva analítica, a realidade cobrou o diálogo entre diversas abordagens, noções e conceitos.

Referências bibliográficas

- BENSON, David. JORDAN, Andrew. What have we Learned from Policy Transfer Research? Dolowitz and Marsh revisited. *Political Studies Review*, v. 9, 2011.
- CALLON, Michel. Elements pour une sociologie de la traduction. *Année sociologique*, 1984.
- COELHO, Denilson B.; CAVALCANTE, Pedro; TURGEON, Mathieu. Mecanismos de difusão de políticas sociais no Brasil: uma análise do Programa Saúde da Família. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 58, 2016, p. 145-165.
- COLÔMBIA, AGENCIA PRESIDENCIAL DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL. Proyecto de seguridad alimentaria Brasil, FAO, PMA y entidades nacionales, Bogotá:APC, 2014.
- COLOMBIA. INSTITUTO COLOMBIANO DE BIENESTAR FAMILIAR. *Estrategia de compras locales 2016*. 2016. Disponível em: <<http://www.portalpruebas.icbf.gov.co/portal/page/portal/PortalICBF/bienestar/compraslocales/Diligenciamiento%20del%20formato%20de%20seguimiento%20a%20las%20compras%20locales%202016.pdf>>.

- COLOMBIA. MINISTERIO DA EDUCACIÓN NACIONAL. *Resolución número 16432*: por la cual se expiden los lineamientos técnicos - Administrativos, los estándares y las condiciones mínimas del Programa de Alimentación Escolar - PAE, 2015.
- COLOMBIA. PROYECTO MANÁ-FAO UTF/COL/044/COL. *Criterios de planeación técnica y económica para realizar la segunda fase del estudio de abastecimiento y demanda de alimentos agropecuarios producidos por la agricultura familiar (economía campesina) en Antioquia con base en los Términos de Referencia elaborados por Mana-FAO*. 2014.
- COLÔMBIA. UNIDAD PARA LA ATENCIÓN Y REPARACIÓN INTEGRAL A LAS VÍCTIMAS. *Reporte caracterización víctimas del conflicto armado Antioquia-Granada*. 2015.
- COMITÉ NACIONAL DE IMPULSO DE LA AGRICULTURA FAMILIAR. Hacia un programa de agricultura familiar (PAF) en Colombia. In: OSORIO, Á, Acevedo; MARTÍNEZ-COLLAZOS, J. *La agricultura familiar en Colombia*. Estudios de caso desde la multifuncionalidad y su aporte a la paz. Bogotá: Ediciones Universidad Cooperativa de Colombia - Corporación Universitaria Minuto de Dios - Agrosolidaria, 2016, p. 229-256.
- COMUNIDAD DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS Y CARIBEÑOS - CELAC. *Declaración Ministerial de la CELAC sobre Agricultura Familiar*. Brasília, 2014.
- DELGADO, Guilherme C. *Relatório de avaliação do PAA - III Síntese*. Brasília, 2013.
- DOLOWITZ, David P. A policy-maker's guide to policy transfer. *The political quarterly publish*, 2003.
- DOLOWITZ, David P.; MARSH, David. Learning from Abroad: the role of policy transfer in contemporary policy-making. *Governance: an International Journal of Policy and Administration*, v. 13, n. 1, 2000.
- _____. Who learns what from whom: a review of the policy transfer literature, *Political Studies*, v. 44, 1996, p. 343-357.
- FARIA, Carlos A. P. COELHO, Denilson B.; SILVA, Sidney J. *Difusão de políticas públicas*. São Bernardo do Campo: EduUFABC. 2016.
- FERNANDES, Patrícia F.; SCHNEIDER, Sergio.; TRICHES, Rozane. Identificação da oferta de produtos da agricultura familiar e da demanda pelo Programa de Alimentação Escolar das escolas estaduais do Rio Grande do Sul. In: TEO, C. R. P. A.; TRICHES, R. M. *Alimentação escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento*. Chapecó: Argos, 2016.
- FONTOURA, Yuna; GUEDES, Ana L. Governança global e transferência de política: influência do Protocolo de Cartagena na Política Nacional de Biossegurança. *Revista de Administração Pública*, v. 47, n. 1, 2013, p.3-23.

FORNAZIER, Armando.; BELIK, Walter. The connection between family farming and school feeding in a major Brazilian city. In: *Second International Conference on Agriculture in an Urbanizing Society*, 2015, Roma, Itália. Reconnecting Agriculture and Food Chains to Societal Needs, 2015.

_____. Produção e consumo local de alimentos: novas abordagens e perspectivas para as políticas públicas. *Segurança Alimentar e Nutricional.*, v. 20, 2013, p. 204-218.

GRISA, Catia. *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro (RJ), 2012.

HASSENTEUFEL, Patrick. *Sociologie politique: l'action publique*. Paris: Armand Colin, 2ª edição, 2008.

_____. Convergence. In: BOUSSGUET, Laurie; JACQUOT, Sophie; RAVINET, Pauline; *Dictionnaire des politiques publiques*. 2ª edição, Paris: SciencesPo. Les Presses, 2006, p. 133-138.

_____. Dela comparaison internationale à la comparaison transnationale: les déplacements de la construction d'objets comparatives en matière de politiques publiques. *Revue française de science politique*, v. 55, 2005, p. 113-132.

HASSENTEUFEL, Patrick; MAILLARD, Jacques. Convergence, transferts et traduction: les apports de la comparaison transnationale. *Gouvernement et action publique*, n. 3, 2013, p. 377-393.

_____.; BENAMOZING, Daniel; MINONZIO, Jerome; ROBELET, Magali. Policy diffusion and translation. *Novos estudos CEBRAP*, v. 36, 2017, p. 77-96.

HENAO, Lina M.M. *Processo de formação de estratégias na política pública de segurança alimentar e nutricional do Departamento de Antioquia, Colômbia*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Administração. Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

KNILL, Christoph. Introduction: cross-national policy convergence: concepts, approaches and explanatory factors. *Journal of European Public Policy*, v. 12, 2005.

LASCOURMES, Pierre. In: BOUSSGUET, Laurie; JACQUOT, Sophie; RAVINET, Pauline; *Dictionnaire des politiques publiques*. 2º Edition, Paris: SciencesPo. Les Presses, 2006, p. 439-445.

LEVI-FAUR, David; VIGODA-GADOT, Eran. The International Transfer and Diffusion of Policy and Management Innovations: some

- characteristics of a New Order in the Making. In: Levi-Faur David and Vigoda-Gadot Eran (Eds), *International Public Policy and Management: Policy Learning Beyond Regional, Cultural and Political Boundaries*, Marcel Dekker, 2004.
- MALUF, Renato; PRADO, Bruno. Atuação brasileira na América Latina e Caribe relacionada com a soberania e segurança alimentar e nutricional. CERESAN, *Texto para a Discussão n. 8*, 2015.
- MALUF, Renato; SANTARELLI, Mariana; PAULINO, G. Cooperação Sul-Sul em SAN, mobilidade e transferência de políticas. CERESAN, *Textos para a Discussão n. 9*, 2016.
- MCCANN, Eugene; WARD, Kevin. A multi-disciplinary approach to policy transfer research: geographies, assemblages, mobilities and mutations. *Policy Studies*, v. 34, n. 1, 2013, p. 2-28.
- _____. Policy assemblages, mobilities and mutations: toward a multidisciplinary conversation. *Political Studies Review*, v. 10, n. 3, 2012, p. 325-332.
- MARSH, David.; EVANS, Mark. Policy transfer: coming of age and learning from the experience. *Policy studies*, v. 33, n. 6, 2012, p. 477-481.
- MESA DE CONVERSACIONES. *1er Informe Conjunto*. Mesa de Conversaciones, La Habana, 21 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.mesadeconversaciones.com.co/comunicados/1er-informe-conjunto-mesa-de-conversaciones-la-habana-21-de-junio-de-2013>>.
- OLIVEIRA, Osmany P. *Embaixadores da participação: a difusão internacional do Orçamento Participativo a partir do Brasil*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.
- _____.; FARIA, Carlos A.P. Policy transfer, diffusion and circularion. *Novos estudos CEBRAP*, v. 36, 2017, p. 13-32.
- ORGANIZACIÓN DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA – FAO. *Sistematización Articulación de la Agricultura Familiar con las cadenas de abastecimiento de alimentos a los programas institucionales en Colombia*. Bogotá: FAO, 2016.
- _____. *The State of Food and Agriculture: social protection and agriculture: breaking the cycle of rural poverty*. Roma: FAO, 2015.
- _____. *Scaling up the Brazilian School Feeding Model*. FAO: Rome, 2014.
- _____. *Smallholder integration in changing food markets*. Roma: FAO, 2013a.
- _____. *Alimentación escolar y las posibilidades de compra directa de la agricultura familiar: estudio de caso en ocho países*. Santiago: FAO, 2013b.

- _____. *América Latina e Caribe Sem Fome, uma iniciativa em ação: os esforços para erradicar a desnutrição avançam na região*. Nota à imprensa. XXX Conferência Regional para América Latina e o Caribe. Brasília, 2008.
- ROGERS, Everett M. *Diffusion of innovations*. New York: The Free Press, 1971.
- SALCEDO, Salómon; GUSMÁN, Lya. *Agricultura familiar en América Latina y el Caribe: recomendaciones de política*. Santiago: FAO, 2014.
- SCHNEIDER, Sergio et al. Potential of Public Purchases as Markets for Family Farming: An Analysis of Brazilian School Feeding Program Between 2011 and 2014. In: BARLING, David. *Advances in Food Security and Sustainability*. Londres: Elsevier, 2016, p. 68-97.
- SILVA, Carolina A. *Documento contendo projeto técnico (justificativa teórica, nota técnica, programação, palestrantes, público-alvo, orçamento e logística) para a realização do II Programa Regional de Intercâmbio de Experiências sobre Modelos de Gestão da Política de Compras Públicas da Agricultura Familiar da REAF, a realizar-se em 2014*. Brasília, 2014.
- PORTO, Silvio I. *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): política pública de fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Agroecologia) – Programa Oficial de Pós-graduação – Agroecologia: um enfoque sustentável de la agricultura ecológica. Baeza, Espanha, 2014.
- STONE, Diane. Transfer and translation of policy. *Policy Studies*, v. 33, n. 6, 2012, p. 483-499.
- _____. Transfer Agents and Global Networks in the “Transnationalisation” of policy. *Journal of European Public Policy*, v.11, n.3, 2004, p. 545-566;
- _____. Learning lessons, policy transfer and the international diffusion of policy ideas. *CSGR Working Paper*, n. 69, v. 1, 2001.
- TEO, Carla R. P. A.; TRICHES, Rozane M. *Alimentação escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento*. Chapecó: Argos, 2016.
- TRICHES, Rozane M. *Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar*. Doutorado (Tese de Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS), 2010.
- WORLD FOOD PROGRAMME. *State of school feeding worldwide*. Roma: World Food Programme, 2013.

GRISA, Catia, Mireya Eugenia Valencia Perafán e Patrícia Elena Giraldo Calderón. Transferência e tradução de políticas públicas do Brasil para a Colômbia: o caso das compras públicas da agricultura familiar. *Estudos Sociedade e Agricultura*, junho de 2018, vol. 26, n. 2, p. 353-375, ISSN 2526-7752.

Resumo: (*Transferência e tradução de políticas públicas do Brasil para a Colômbia: o caso das compras públicas da agricultura familiar*). Este artigo analisa a influência das ideias brasileiras nas mudanças ocorridas nas compras públicas colombianas. Analiticamente, propõe-se uma discussão entre difusão, transferência, convergência e tradução de políticas públicas. Como resultados, observou-se que as mudanças nas políticas colombianas resultam de ideias convergentes que permearam a América Latina e o Caribe nos últimos anos, da atuação de organizações internacionais na transferência das iniciativas brasileiras e do papel dos atores locais na busca por aprendizados em outros contextos. Mais do que importação da experiência brasileira, as condições locais exigiram a tradução das ideias de compras públicas da agricultura familiar.

Palavras-chave: compras públicas, agricultura familiar, Brasil, Colômbia.

Abstract: (*Transfer and translation of public policies from Brazil to Colombia: the case of public purchase from family farming*). The paper analyzes the influence of Brazilian ideas on changes in Colombian public purchases. Analytically, the article presents the debate between diffusion, transfer, convergence and translation of public policy. As results, it was observed that the changes in Colombian policies are the result of convergent ideas that have permeated Latin America and the Caribbean in recent years, the role of international organizations in the transfer of Brazilian initiatives, and the role of local actors in the search for lessons learned in other contexts. More than simply importing the Brazilian experience, local conditions demanded the translation of ideas regarding public procurement from family farming.

Keywords: policy dissemination, public purchases, family farming, Brazil, Colombia.

Recebido em janeiro de 2018.

Aceito em março de 2018.